

**HABEAS CORPUS Nº 502.028 - SP (2019/0093250-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DANILO MARTINS**  
**ADVOGADO : DANILO MARTINS - SP339371**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : GUILHERME SIQUEIRA ZACARIAS (PRESO)**

**DECISÃO**

**GUILHERME SIQUEIRA ZACARIAS** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que manteve a sua prisão preventiva nos autos do HC n. 2241275-81.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente – preso em flagrante pela suposta prática do crime de roubo majorado – teve a custódia convertida em prisão preventiva.

Nesta Corte, a defesa requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente ou a substituição da segregação por outras medidas cautelares, por entender **inidônea a motivação adotada para decretar sua prisão preventiva, pela suposta prática do crime de roubo.**

**Decido.**

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **vislumbro manifesto constrangimento** ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, verifico que o Juiz de Direito decretou a prisão preventiva nos seguintes termos:

Vistos.

Trata-se de auto de prisão em flagrante de GUILHERME SIQUEIRA ZACARIAS, qualificado nos autos, indiciado pela suposta prática dos delitos de roubo majorado e corrupção de menores, em razão dos fatos ocorridos em 19 de novembro de 2018, nas circunstâncias de tempo e lugar indicadas no boletim de ocorrência e nota de culpa. No âmbito da ciência do flagrante, nos termos do disposto no art. 310 do CPP (com a nova redação da Lei 12.403/11), passo a decidir. Nos termos do Provimento

Conjunto nº 3/2015, da C. Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo e E. Corregedoria Geral de Justiça, o indiciado foi entrevistado, advindo as manifestações do Ministério Público (pela regularidade da prisão em flagrante e conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva) e da Defesa (pela concessão da liberdade provisória).

Está presente hipótese de flagrante delito, uma vez que a situação fática e a conduta do indiciado encontram-se subsumidas às regras previstas pelo art. 302 do CPP.

O auto de prisão em flagrante está regular e formalmente em ordem, inexistindo qualquer irregularidade ou nulidade apta a justificar o seu relaxamento.

Além disso, foram cumpridas todas as formalidades legais e respeitados os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal vigente.

Ademais, em cognição sumária, da análise dos elementos informativos reunidos nos autos, verifica-se, num primeiro exame, que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria e do dolo do agente.

Consta nos autos que Policiais Militares foram acionados para atender uma ocorrência de roubo de veículo. Em seguida, diligenciaram ao local e visualizaram o automóvel ocupado por três indivíduos, que empreendeu fuga, momento em que se iniciou a perseguição. Em dado momento, os Policiais conseguiram abordar o carro, constatando que o condutor era o adolescente Lucas, no banco do passageiro estava o indiciado Guilherme e, no banco de trás, o adolescente Moisés.

Ao serem questionados, negaram o roubo, informando que o veículo era emprestado de um colega. Em revista pessoal, nada de ilícito foi encontrado com nenhum dos suspeitos. Após, a vítima foi acionada para comparecer a Delegacia, onde reconheceu o autuado e o menor Lucas como autores do roubo.

**Quanto aos fatos, relatou que trabalha como motorista no aplicativo uber e havia realizado corrida para uma senhora juntamente com os meninos, sendo que ao retornar para deixá-los em outro endereço, o indivíduo que estava no banco de trás pressionou seu pescoço utilizando-se de uma corda e anunciou o assalto, obrigando-o a deixar o automóvel, levando, inclusive, seu aparelho celular.** Em seguida, acionou a Polícia e informou o ocorrido, sendo que mais tarde foi informado de que seu carro havia sido localizado em

poder dos suspeitos. Já o celular que também fora roubado, não pôde ser encontrado. Perante Autoridade Policial, o investigado negou ter roubado o veículo, informando apenas que estava recebendo carona de Lucas, mas não sabia que o automóvel era produto de roubo. Pois bem. Diante deste contexto fático, ao menos em princípio, e sem adentrar no mérito, infere-se que havia situação de flagrância e indícios suficientes de autoria. Portanto, legítima e legal a prisão em flagrante do indiciado. A Lei 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, estipulou que as medidas cautelares penais serão aplicadas com a observância da necessidade de aplicação da lei penal, necessidade para a investigação, instrução penal e para evitar a prática de infrações, devendo a medida em questão, ainda, ser adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do averiguado (art. 282 do CPP). A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 282, § 6º, do CPP). **No caso, pesem os argumentos da defesa, verifica-se que estão presentes os requisitos e pressupostos autorizadores da prisão preventiva, não se mostrando suficiente, na hipótese, a fixação de medidas cautelares alternativas. Ainda, reputo também imprescindível a custódia cautelar por conveniência da instrução processual e para assegurar a aplicação da lei penal. Desse modo torna-se temerária, em razão da garantia instrução processual e da aplicação da lei penal, a concessão da liberdade provisória. Como se sabe, não é possível o prosseguimento do processo sem a citação pessoal do réu, na forma do artigo 366, do Código de Processo Penal, sendo necessária a sua custódia para conveniência da instrução criminal em caso de ajuizamento da ação penal e também para aplicação da lei penal em caso de condenação. Ainda, cumpre ressaltar que o delito imputado ao autuado é grave - roubo majorado - em que há violência e grave ameaça em suas elementares, e que assola esta Comarca, causando temor e desassossego a todos que aqui vivem.**

Por fim, considerando que a Defesa sustentou que no momento dos fatos o autuado estaria trabalhando, determino que seja oficiado com urgência à empresa Uber para que informe o horário de início da corrida realizada

pela vítima, e suposto término, com a máxima urgência. Nestes termos, considerando as circunstâncias do caso concreto, a liberdade provisória e as medidas cautelares diversas da prisão são absolutamente inadequadas e insuficientes para garantir a ordem pública. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 282, II, e seu parágrafo 6o, 310, II e 312, todos do CPP, CONVERTO a prisão em flagrante de GUILHERME SIQUEIRA ZACARIAS, qualificado nos autos, em PREVENTIVA, expedindo-se o competente mandado de prisão. [...](fls. 120-123)

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, **embora constituam fundamentação concreta, não traduzem elementos bastantes** para justificar a custódia extrema.

Com efeito, em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, considero **não estar motivada, em juízo de proporcionalidade, a manutenção da paciente sob o rigor da medida cautelar extrema**. A conversão do flagrante em custódia provisória fundou-se na afirmação de que a acusada "o indivíduo que estava no banco de trás pressionou seu pescoço utilizando-se de uma corda e anunciou o assalto, obrigando-o a deixar o automóvel, levando, inclusive, seu aparelho celular".

Embora o Juízo de Direito tenha apontado fundamento na gravidade concreta do fato, observo que, pelas condições pessoais e pelas circunstâncias do fato – embora grave, não houve violência mais acentuada e o prejuízo não foi grande – pode ser substituída a prisão por cautelas.

Se, efetivamente, participou do roubo referido nos autos, provavelmente será punido com os rigores da sanção penal, mas, enquanto pende a acusação, sua liberdade somente pode ser tolhida mediante juízo de periculosidade tal a justificar a prisão preventiva, o qual não foi demonstrado. Ao contrário, os autos indicam que se trata de pessoa sem registro de antecedentes penais e não se tem notícia de atos que pudessem representar particular risco a terceiros ou ao processo que não sejam evitáveis com a infligência de providências menos gravosas que a cautela máxima.

Com base nessas premissas, entendo **adequado e suficiente**, a um primeiro olhar, para atender às exigências cautelares do art. 282 do CPP, **impor ao réu** – sem prejuízo de mais acurada avaliação do Juízo

monocrático – **as medidas alternativas à prisão preventiva positivadas no art. 319, I e V, do CPP.**

À vista do exposto, **defiro a liminar para substituir a prisão preventiva da paciente pelas seguintes medidas cautelares**, com fulcro no art. 319, I e V, do CPP: a) **comparecimento periódico em juízo**, no prazo e nas condições a serem fixadas pelo Juiz, a fim de informar seu endereço e justificar suas atividades e b) **recolhimento domiciliar no período noturno**, cujos horários serão estabelecidos pelo Juiz, sem prejuízo de outras medidas que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, bem como de nova decretação da prisão preventiva se efetivamente **demonstrada sua concreta necessidade.**

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor dessa decisão ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações – as quais deverão ser prestadas via malote digital –, em especial de notícias atualizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília/DF, 02 de abril de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**